

O Plano Brasil sem Miséria e o combate à pobreza no Município de Guarapuava – PR¹

Sônia Mari Ramos*
Angela Maria Moura Costa Prates**

Resumo

Este artigo tem como objetivo investigar o conceito de pobreza que possuem os trabalhadores que atuam no Plano Brasil Sem Miséria no município de Guarapuava-PR. Por meio de revisão bibliográfica procura-se uma aproximação conceitual entre os conceitos de pobreza e desigualdade social, ambos presente no cenário brasileiro. E a partir da análise das entrevistas abertas e semi-estruturadas, desvelar o conhecimento que os trabalhadores possuem sobre essas categorias e sobre a política pública em que atuam, e as maneiras para se chegar a um melhor entendimento através da capacitação profissional. Assim, conclui-se que a origem, legitimidade e manutenção do fenômeno da pobreza precisa ser discutido e que as formas de enfrentamento precisam ser aprimoradas. E os profissionais que trabalham com as políticas de enfrentamento à pobreza precisam ser capacitados de forma continuada a fim de pôr em prática seus conhecimentos para articular as políticas públicas em prol do acesso dos usuários aos seus direitos.

Palavras-chave: desigualdade social; pobreza; Plano Brasil sem Miséria.

The Brazil Plan without Poverty and the fight against poverty in Guarapuava – PR

Abstract

This article aims to investigate the concept of poverty that the workers who work in the Brazil Without Misery Plan have in the municipality of Guarapuava-PR. Through a bibliographic review, a conceptual approach is sought between the concepts of poverty and social inequality, both present in the Brazilian scenario. And from the analysis of the open and semi-structured interviews, unveil the knowledge workers have about these categories and the public policy in which they work, and the ways to reach a better understanding through professional training. Thus, it is concluded that the origin, legitimacy and maintenance of the phenomenon of poverty need to be discussed and that the forms of confrontation need to be improved. And professionals working with policies to combat poverty need to be trained on a continuous basis in order to put their knowledge into practice in order to articulate public policies for the access of users to their rights.

Key-word: social inequality; poverty; Plan Brazil without Misery.

Recebido em: 30/05/2017
Aprovado em: 01/09/2017

* Estudante do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), soniasmramos@gmail.com

** Doutora em Serviço Social (UFSC); professora do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), pratesammc@gmail.com

Introdução

O presente artigo resulta da pesquisa realizada devido à participação no Programa de Iniciação Científica (IC) e tem como objetivo investigar o conceito de pobreza que possuem os trabalhadores que atuam no Plano Brasil sem Miséria no Município de Guarapuava – PR. Os procedimentos metodológicos são os seguintes: Revisão bibliográfica de bibliografias pertinentes às temáticas da pobreza e da desigualdade social no Brasil; Plano Brasil sem Miséria, entre outros conceitos necessários no decorrer da revisão. E ainda, Pesquisa Legislativa do Decreto nº 7.492 de 02 de junho de 2011, decreto este que institui o Plano Brasil sem Miséria, entre outras pertinentes ao objeto de estudos.

Este estudo também teve um enfoque alicerçado na pesquisa qualitativa, pois suas metodologias são “[...] entendidas como aquelas capazes de incorporar a questão do SIGNIFICADO e da INTENCIONALIDADE como inerentes aos atos, às relações, e as estruturas sociais [...]” (MINAYO 1998, p.10). Quem dá significado é o sujeito participante da pesquisa, porém, quem faz a interpretação desse significado é o sujeito pesquisador. Chizzotti (1998) ajuda a aprofundar a compreensão sobre este tipo de pesquisa quando afirma que nela “[...] o sujeito observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado” (CHIZZOTTI, 1998, p. 79). A técnica para coletar dados qualitativos foi a Entrevista² Semi-Estruturada “[...] que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa [...]” (TRIVIÑOS, 2008, p. 146). As entrevistas foram gravadas e transcritas com a permissão dos sujeitos participantes, considerando a centralidade destes na produção do conhecimento. O sujeito é “[...] aquele que faz a ação ou a dirige, ou, num sentido mais filosófico, o homem como sujeito livre e igual, dono de si mesmo e da natureza, construtor do seu mundo, defensor de direitos e da subjetividade” (BOURGUIGNON, 2001, p. 143-144). As entrevistas foram realizadas com os profissionais que compõem a equipe técnica que atua com as ações do Plano Brasil sem Miséria. Para isto foram elaboradas questões abertas, pois “[...] nessa metodologia de pesquisa a realidade do sujeito é conhecida a partir dos significados que por ele lhe são atribuídos” (MARTINELLI 1999, p. 23). Esta pesquisa foi desenvolvida com quatro participantes, servidores nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do Município de Guarapuava-PR, sendo um assistente social, aqui denominado de profissional A; um coordenador do CRAS, denominado profissional B; um psicólogo, denominado

profissional C e um pedagogo denominado profissional D. Colocamos em negrito os trechos dos depoimentos dos sujeitos participantes a fim de dar destaque aos mesmos.

Para alcançarmos o objetivo buscamos entender o que é a pobreza e como ela vem sendo discutida. Começamos por conceituar a desigualdade social e a pobreza no Brasil, mostrando as diferenças entre seus conceitos, ambos presente no cenário brasileiro. Importante frisar que não se tem apenas um conceito que a defina enquanto expressão da questão social, mas várias interpretações. Não é novidade que o Brasil é um país desigual e que comporta um contingente de pessoas vivendo em situação de pobreza e extrema pobreza. Diante disso, o debate em torno da temática jamais se esgota, uma vez que apesar de todas as tentativas de combate às desigualdades e à pobreza no país, ainda não surtiram os efeitos desejados, tanto pelos pesquisadores e profissionais que atuam com tal expressão, quanto pelas pessoas que vivem tais condições. Essas questões necessitam cada vez com mais urgência de formas de combatê-las. E a partir da análise das entrevistas abertas e semi-estruturadas, procuramos desvelar o conhecimento que os trabalhadores possuem sobre essas categorias e sobre a política pública em que atuam.

O conceito de desigualdade e pobreza na contemporaneidade

Desigualdade e pobreza são conceitos diferentes, sabendo que se deve considerar as diferenças históricas e culturais e, principalmente, as diferenças econômicas entre os países. Para tal interpretação existem divergências metodológicas e “[...] não há um conceito e uma ação únicos e corretos, mas uma variedade de tentativas de aproximação ao tema e ao problema, que são constantemente revistas e reinterpretadas” (PEREIRA, 2006, p. 230). As diferentes formas de conceituar a pobreza ao longo da história se tornam por vezes contraditórias. Porque conceituar e entender a pobreza no Brasil não pode ser o mesmo que em outro país da Europa, por exemplo.

Para entender a pobreza faz-se necessário estudar alguns conceitos como os referentes a pobreza relativa e pobreza absoluta. Segundo Pereira (2006), a pobreza relativa está relacionada com os meios de sobrevivência em uma determinada sociedade. Está diretamente ligada a pobreza e a distribuição das riquezas produzidas nessa sociedade. Enquanto houver um grupo sendo beneficiado por maior parte dessa riqueza, haverá um outro grupo sempre mais pobre, independentemente da quantidade de riqueza que a nação produza. Para Netto (2007, p.141) “[...] consideram-se pobres aqueles cuja renda é inferior à metade da renda média [...]”. Mas, esse conceito torna-se contraditório, uma vez que teóricos burgueses e

teóricos da linha marxista tem julgamentos diferentes. “Disso se depreende que o conceito de pobreza relativa contém forte componente subjetivo e utiliza elementos muitas vezes arbitrários para determinar quem são os pobres” (PEREIRA, 2006, p.233). E ainda para Pereira (2006), a pobreza absoluta é a mensuração da pobreza pela sua condição física de sobrevivência. “A pobreza absoluta, portanto, pode ser definida pela não satisfação de necessidades básicas universais e objetivas” (PEREIRA, 2006, p.235). Ainda assim, esses conceitos por si só não dão conta de explicar as causas e os efeitos da pobreza e desigualdade social. Para ampliar a compreensão é importante discutir o conceito de necessidades básicas. Para Gough apud Pereira (2006, p. 234), as “[...] necessidades básicas são aquelas que se não forem devidamente satisfeitas implicarão em sérios prejuízos à vida material e a autonomia do ser humano”. A não satisfação das necessidades básicas, além de causar a pobreza, causa também sujeitos sem condições de participação ativa e crítica na sociedade onde vivem.

Partindo desses conceitos podemos dizer que pobreza e desigualdade social não são a mesma coisa. Mesmo não havendo em uma nação pessoas vivendo na miséria existe desigualdade, uma vez que o capital leva a um distanciamento entre os que tem muita riqueza e as camadas mais pobres de cada sociedade. A desigualdade social no Brasil apresenta padrões diferentes dos demais países da América Latina e do restante do mundo, a ponto de Netto (2007, p.138-139) em um de seus escritos pontuar: “[...] não foi por outra razão, aliás, que o maior historiador marxista vivo anotou que o meu país, ‘monumento de injustiça social’, é “candidato a campeão mundial de desigualdade econômica [...]”. A partir dessas considerações entende-se que o fenômeno da pobreza não existe por falta de bens para satisfazer as necessidades individuais ou de um grupo ou região, mas ela é fruto do Modo de Produção Capitalista (MPC).

A pobreza, nesta perspectiva, não é o resultado do insuficiente desenvolvimento capitalista, nem é o efeito marginal de uma crise. No capitalismo, a pobreza é um produto estrutural de seu desenvolvimento. É que o desenvolvimento capitalista, o aumento da riqueza socialmente produzida, não deriva da maior distribuição, mas da maior acumulação de capital. No capitalismo, a maior riqueza produzida significa maior apropriação privada, e não sua maior socialização. E a acumulação de riqueza, por um lado, é complementada pela pauperização (absoluta ou relativa) por outro (SIQUEIRA, 2013, p.183).

É, portanto, o próprio trabalhador que produz a riqueza, porém ela não é distribuída de modo que ele possa suprir as suas necessidades básicas. O capitalista extrai e acumula a riqueza explorando o trabalhador. Para Marx (1983), o capital não só obtém a mais-valia do

trabalhador como o coloca em dependência do sistema. E observa que o capital mantém uma reserva de trabalhadores desempregados ao que ele chama de Exército Industrial de Reserva.

Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza, com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ela tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional (MARX, 1983, p.200).

O capital cria e mantém uma superpopulação considerada relativa. Para Marx (1983), os “[...] vagabundos, prostitutas e delinquentes [...]” são chamados de lupemproletariado. E ele divide a superpopulação relativa em três: “[...] primeiro; os aptos para o trabalho”, segundo “[...] os órfãos e as crianças indigentes [...]” e terceiro, os “[...] degradados, maltrapilhos e incapacitados para o trabalho”. Para ele o pauperismo se constitui em “[...] um asilo para inválidos ao qual pertencem os trabalhadores em atividade e um peso morto dos que se encontram no exército industrial de reserva” (MARX, 1983, p.209).

O sistema capitalista, portanto, faz de forma contraditória, crescer tanto o Capital como o pauperismo ao mesmo tempo.

Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. A acumulação da riqueza num polo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital (MARX, 1983, p. 210).

Entender o conceito de pobreza, desigualdade social, suas causas e seus efeitos possibilita compreender que são frutos da divisão social de classes que é a base desta sociedade. E que mesmo existindo em todos os governos uma busca para saná-las, isso não irá acontecer em sua totalidade, uma vez que esses fenômenos são inerentes ao sistema de produção capitalista. Porém, enquanto se tem o capitalismo como modo de produção, políticas públicas são indispensáveis para contribuir com a satisfação de necessidades básicas dos trabalhadores. É nesse viés que se discute a seguir a proposta de enfrentamento da pobreza através do Plano Brasil sem Miséria.

A proposta de enfrentamento da pobreza por meio do Plano Brasil Sem Miséria

No governo Dilma Rousseff foi criado o Plano Brasil Sem Miséria, que é uma ampliação do Programa Fome Zero. E com objetivo de dar continuidade ao processo de inclusão social e superação da extrema pobreza que o Governo Federal elaborou tal proposta. O Plano Brasil Sem Miséria, foi instituído pelo Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011. Ele se configura, segundo as palavras da Ministra do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Tereza Campelo:

[...] em um esforço do Estado brasileiro para efetivar melhores condições de bem-estar e melhores oportunidades para a parcela mais vulnerável da população brasileira. Sua missão é promover o acesso aos direitos sociais e às melhores oportunidades para uma população que reúne um conjunto amplo de vulnerabilidades sociais (BRASIL, s/d, s/p).

E tem como objetivo elevar a renda e as condições de bem estar de mais de 16 milhões de brasileiros (dados de 2014, quando o programa foi lançado) que vivem em situação de extrema pobreza, bem como localizar e incluir nos diversos programas do Plano Brasil Sem Miséria (BSM), de acordo com suas necessidades. A partir de dados da Cartilha do MDS, intitulada de Plano Brasil Sem Miséria, classificam-se como público do programa as famílias que estão na linha da extrema pobreza ou seja, com renda familiar per capita de até R\$70,00 mensais. No quadro a seguir, podemos observar a distribuição percentual de pessoas que vivem em extrema pobreza no país.

QUADRO 1 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE EXTREMA POBREZA NO BRASIL

REGIÕES	TOTAL DE PESSOAS	%	URBANO		RURAL	
			Pessoas	%	Pessoas	%
BRASIL	16.267.197	100%	8.673.845	53%	7.593.352	47%
NORTE	2.658.452	17%	1.158.501	44%	1.499.951	56%
NORDESTE	9.609.803	59%	4.560.486	48%	5.049.317	52%
SUDESTE	2.725.532	17%	2.144.624	79%	580.908	21%
SUL	715.961	4%	2.144.624	61%	278.615	39%
CENTRO-OESTE	557.449	3%	372.888	67%	184.561	33%

FONTE: (Censo 2010 apud BRASIL, s/d, s/p).
ORGANIZAÇÃO: As autoras.

O público que está em situação de extrema pobreza no país chega a 16,2 milhões de pessoas, e que estão distribuídas, tanto na área urbana quanto na área rural. Sendo que destes,

a maior parte se encontra na região Nordeste, como é possível visualizar no quadro acima. Porém, mesmo o percentual sendo menor nas outras regiões, não significa que o programa não se faça necessário em todas as regiões do país. Uma vez que a proteção a ser alcançada pelo programa busca atender a toda população que vive em situação de extrema pobreza. Vale ressaltar outros dados do perfil dos brasileiros extremamente pobres: 51% tem até 19 anos de idade e destes 40% até 14 anos de idade; 71% são negros (pretos ou pardos); 26% são analfabetos, (acima de 15 anos); 48% dos domicílios rurais não estão ligados a rede de distribuição de água e não tem poço ou nascente de água na propriedade (BRASIL, s/d, s/p). Percebemos, portanto, que a população extremamente pobre é formada por crianças e adolescentes e por negros, em sua maioria.

Para o governo, o desafio do programa é a multidimensionalidade da pobreza, que pauta-se na compreensão de que a pobreza causa necessidades multidimensionais, assim como, pode ter causas multidimensionais. Por isso, é “[...] se apoiar em ações de garantia de renda, mas também em ações de geração de renda, por meio de oportunidades de inclusão produtiva urbana e rural, e na melhoria do acesso a serviços públicos básicos” (CAMPELLO e MELLO, 2014, p. 50-51). Claro está que o governo não atribui as causas da pobreza ao modo de produção capitalista. Mas, a proposta do Brasil sem Miséria é romper o círculo vicioso da pobreza, retirando a população extremamente pobre dessa condição. E para superar esse desafio, o objetivo do programa é “Promover a inclusão social e produtiva da população pobre, tornando residual o percentual dos que vivem abaixo da linha da pobreza” (BRASIL, s/d, s/p), buscando elevar a renda *percapita* permitindo o acesso aos serviços públicos, gerando oportunidades para que possam ter acesso a uma vida digna, através de ações produtivas na área rural e urbana.

O BSM encontra-se dividido em três eixos de atuação, sendo o eixo garantia de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva, os quais serão discutidos a seguir. No Eixo garantia de Renda, as principais ações são: no que diz respeito à Busca Ativa: mutirões e campanhas de busca, cruzamento de cadastro, qualificação de gestores públicos com o objetivo de incluir no CadÚnico as famílias que se encontram fora da rede de proteção social; e quanto ao PBF incluir as pessoas encontradas pela Busca Ativa ao programa com reajuste de 45% do valor do benefício para crianças com até 15 anos de idade, ampliação do limite de três para cinco filhos beneficiados pelo programa, implementação do Bolsa Nutriz, além do uso do cartão do PBF possuir outras funções, como pagamento de outros benefícios, créditos de fomento para o meio rural, Rede Cegonha³ e Bolsa Verde⁴ (BRASIL, s/d, s/p).

O Eixo Inclusão Produtiva, busca aumentar a produção no campo e, gerar ocupação e renda na área urbana. Na busca por ocupação e renda na cidade o programa investe na qualificação profissional, intermediação e oportunidades; Economia solidária⁵; microcrédito e Micro Empreendedor Individual (MEI)⁶. E para aumentar a produção no campo o programa oferece acesso aos meios de produção, assistência técnica e acompanhamento das famílias, acesso aos mercados e ao auto consumo (BRASIL, s/d, s/p).

No âmbito do Eixo Acesso aos Serviços Públicos, o programa propôs a oferta de Serviços Públicos nas áreas mais necessitadas do Mapa da Pobreza, serviços como Saúde da Família, onde estão sendo expandidas ofertas de serviços nas Unidades Básicas de Saúde (UBS); Brasil Sorridente⁷; Mais Educação⁸; Rede Cegonha entre outros (BRASIL, s/d, s/p).

Além do plano adotar estratégias para melhorar o atendimento à população extremamente pobre, deve também mobilizar e qualificar servidores públicos nos três níveis de Governo. O ponto de referência e atendimento para os usuários do BSM são os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), por estarem presentes em todos os municípios. Portanto, segundo as palavras da Ministra Tereza Campelo:

[...] a Assistência Social tem um lugar central na estratégia do Brasil Sem Miséria. Contando com as competências e características desta política, assim como com o profundo compromisso de seus trabalhadores e gestores no enfrentamento da pobreza e das vulnerabilidades sociais (BRASIL, s/d, s/d).

Ao escrever sobre o plano, Colin, Gonelli e Moreno (2014), aponta que o Plano Brasil Sem Miséria organizou as suas ações, a partir da percepção de que as políticas públicas devem ser ofertadas de forma integral, diminuindo as expressões da questão social e atendendo as demandas dos usuários, adotando como principal estratégia a intersetorialidade.

Trata-se da articulação entre as políticas públicas através do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas a proteção, inclusão e promoção da família vítima do processo de exclusão social. Considera-se a intersetorialidade um princípio que orienta as práticas de construção de redes municipais (BOURGUIGNON, 2001, s/p).

A coordenação do BSM é de responsabilidade do MDS, que a partir da ferramenta chave do programa, o CADÚNICO, identifica a realidade socioeconômico das famílias em situação de extrema pobreza e designa a cada política setorial a ofertar os serviços de acordo com as necessidades regionais encontradas.

A Assistência Social contribui com o BSM, desenvolvendo ações nos três eixos do programa. O SUAS oferece: benefícios, programas, projetos e serviços sócio assistenciais de proteção social básica e especial, serviços estes oferecidos no eixo acesso à serviços. Segundo Colin, Gonelli e Moreno (2014), os serviços de Proteção Social Básica são destinados ao desenvolvimento da proteção proativa, o fortalecimento familiar e comunitário, a prevenção de situações de vulnerabilidade, ampliação do acesso à informação, direitos e serviços sociais, além de ser responsável pela provisão da segurança de sobrevivência, através dos programas Bolsa Família, Benefícios eventuais e Benefício de Prestação Continuada (BPC). São ofertados através da Proteção Social Básica: O Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF); o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; as equipes Volantes, para facilitar o cadastramento e identificação dos usuários localizados distantes das unidades dos CRAS. O SUAS oferece também os serviços socioassistenciais de Proteção Social Especial.

Esse serviço se divide em proteção social de média complexidade e de serviço de proteção social de alta complexidade. A proteção social de média complexidade oferece os seguintes serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias individuais (PAEFI); Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida; e de Proteção de Serviços à Comunidade; Serviços de Proteção Especial para pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Ao passo que a Proteção Social de Alta Complexidade oferece diversas modalidades de acolhimento, entre eles: Serviço Especializado para população em Situação de Rua, oferecidos nos Centros POP; Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviços de Acolhimento a Crianças e Adolescentes e PAEFI; Plano Viver sem Limites; Residências Inclusivas; Centros Dia; além dos Serviços de Proteção em Situação de Calamidades Públicas e Emergências (BRASIL, s/d, s/p).

A Assistência Social está presente no Eixo Garantia de Renda do BSM oferecendo benefícios socioassistenciais que são: PBF; o BPC e Benefícios Eventuais. Ao passo que no Eixo Inclusão Social segundo Colin, Gonelli e Moreno (2014), a política de Assistência Social tem o papel de mobilizar a população e articular com as políticas existentes e a sociedade. Atuando no Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas TR) programa este integrante do PRONATEC Brasil Sem Miséria. Portanto a Política de Assistência Social “[...] tem sido fundamental ao prestar atendimento à população

que até então não tinha acesso a serviços sociais públicos. Essa população antes invisível ao Estado, pode ter acesso continuado e de qualidade ao serviços Públicos” (COLIN, GONELLI e MORENO, 2014, p.361). Para os autores, ainda com os avanços obtidos a assistência social tem muitos desafios dos quais ela destaca: a melhoria dos processos de articulação intersetorial; melhor qualidade dos serviços sócio assistenciais e a implementação da Vigilância Social. Deste modo, o SUAS desenvolve importante trabalho diante do Plano Brasil Sem Miséria, trazendo avanços e buscando superar os desafios no enfrentamento à questão social. Após a caracterização dos serviços prestados por meio do Plano Brasil sem Miséria, iremos discutir o conceito de pobreza e a compreensão do Plano Brasil sem Miséria a partir do viés dos trabalhadores que atuam com o referido plano.

O conceito de pobreza a partir do viés dos trabalhadores que atuam no Plano Brasil sem Miséria no Município de Guarapuava – PR.

Esta pesquisa foi desenvolvida com quatro participantes, servidores nos CRAS do Município de Guarapuava-PR, sendo um assistente social, aqui denominado de profissional A; um coordenador do CRAS, denominado profissional B; um psicólogo, denominado profissional C; um pedagogo denominado profissional D. O critério de seleção dos sujeitos foi a escolha por profissionais que estão a mais tempo trabalhando no CRAS, e que são de unidades diferentes. Buscamos também selecionar um profissional de cada área da equipe mínima, mas, apenas o advogado não foi possível entrevistar, pois a secretaria de Assistência Social não conta com um profissional dessa área.

Análise da desigualdade social e da pobreza no Brasil

A principal questão apontada pelos sujeitos da pesquisa no que se refere à pobreza é a questão da renda, que está relacionada ao acúmulo do capital. O profissional A aponta que “[...] ela resulta disso e quando a gente fala de pobreza daí tem outras questões não é só questão da renda tem outros fatores, questão de escolaridade, [...] acesso precário às políticas públicas, [...] a questão de trabalho precário, condições de acesso a saúde, educação [...]”. Essa análise corrobora com o pensamento de Pereira (2006), sobre pobreza relativa. Enquanto houver um grupo que se beneficia da maior parte da riqueza que é produzida, haverá um outro grupo cada vez mais pobre. Portanto, não se pode pensar a pobreza como algo natural.

Para a maioria dos sujeitos da pesquisa, não tem como pensar a pobreza sem pensar um sistema econômico que a gera e que acima de tudo se mantém com a exploração de uma classe sobre a outra. O profissional C assim relata “Eu entendo [...] a pobreza [...] questão de renda [...] de acúmulo do capital [...] não tem como pensar a pobreza sem pensar um sistema econômico [...] capitalista [...] a organização desse sistema [...] vai culminar vai resultar na existência [...] da pobreza”. Numa perspectiva de classe, é importante para a classe dominante que isso se mantenha, pois é na extração da mais-valia que vem o lucro do capital, e uma de suas estratégias é a manutenção do Exército Industrial de Reserva. Tal como aponta Marx (1983), o capital coloca o trabalhador em dependência do sistema.

A percepção de pobreza dos sujeitos da pesquisa está de acordo com Siqueira (2013), quando pontua que a pobreza tanto relativa quanto absoluta são resultantes da acumulação da riqueza socialmente produzida, de um lado, que se complementa pela pauperização de outro. Seguindo esse pensamento o profissional C aponta “Como uma artimanha realmente de um sistema bastante perverso de distribuição de renda de acúmulo de capital que se mantém, a pobreza mantém esse sistema.”

É possível observar que tal como Netto (2007), os sujeitos da pesquisa entendem que o contexto brasileiro apresenta padrões extremamente significantes no que diz respeito a desigualdade social e por consequência a pobreza. O autor diz que o Brasil é candidato a campeão mundial nesses quesitos, e o profissional C vai falar que “[...] essa realidade infelizmente no nosso país é bastante expressiva. [...] temos um número bastante expressivo de pessoas em condição de pobreza, [...]”.

O entendimento da pobreza pelos sujeitos da pesquisa está de acordo com o mesmo entendimento que autores analisados neste artigo possuem. E além da pobreza outra questão estudada e apontada por todos como sendo a principal causa da pobreza é a desigualdade social. Em se tratando de desigualdade social, esta é apontada como uma questão bastante ampla que envolve, um contexto histórico, social, e cultural do país, como a conjuntura política. O profissional A afirma que “A desigualdade social no Brasil, vem desde a formação, desde a colonização [...] pelos povos europeus, [...] inicia nessa época e ao longo do tempo vem se reproduzindo [...] uma história na verdade, de concentração de riqueza e desigualdade.” E para o profissional B, “[...] essa desigualdade não é só questão financeira por que [...] entra desde o estudo, está num patamar desigual de acesso à cultura lazer, a esporte [...]” como no acesso precário às políticas públicas, a questão de trabalho precário, condições de acesso a saúde.

Os sujeitos da pesquisa estão de acordo com Pereira (2006), quando ela diz que o não suprimento das necessidades básicas além de causar a pobreza causam também o aumento da desigualdade social. Confirma-se que não é apenas uma questão exclusiva de renda, pois a desigualdade social é muito mais abrangente que a falta de condição material. Ela se expressa desde a questão de gênero, a questão étnico racial. O profissional C aponta “[...] por exemplo uma mulher ela pode ter pela condição de ser mulher ela pode estar numa desigualdade social mesmo não tendo uma desigualdade material”. Esse pensamento vem de encontro com Toledo (2010, s/p) quando ela diz que:

[...] existem diferenças biológicas entre homens e mulheres. No entanto, não é isso o que determina a desigualdade entre eles no capitalismo. A estratégia do capital é justamente aproveitar-se de uma diferença natural para manter a mulher submetida e melhor explorar seu papel na sociedade. O mesmo faz com os negros, os imigrantes e os idosos.

Sendo assim, a desigualdade social é ampliada porque envolve outras condições, que não só a condição de renda ou questão de capital mesmo.

Ao fazer essas considerações e pensar que se pode chegar a um nível de igualdade na sociedade é utópico, como assim destaca o profissional B, se referindo as tentativas de amenizar a desigualdade social a partir das políticas públicas existentes. Para o profissional B “[...] embora [...] hoje já tem uma política, envolvidas nesse desenvolvimento em busca dessa igualdade infelizmente tem muito em crescer e buscar para acontecer isso essa gente não consegue esse patamar de igualdade isso é meio utópico”. Para melhor compreensão transcreve-se na íntegra também, o depoimento do profissional C: “[...] entendo que é a partir de um sistema econômico capitalista que faz com que todas essas desigualdades e essas condições bastante precárias da população continuem se mantendo; enquanto não pensarmos uma nova organização [...] essa realidade continua presente.” Buscou-se em Tonet (2010) embasamento teórico para compreender e tentar explicar o que os profissionais B e C dessa pesquisa estão apontando em suas falas. Para B romper com a pobreza é utópico, mas para C, uma solução para a questão desigualdade social, já que no entendimento dela, para que isso ocorra é necessário a transformação do modelo econômico de sociedade que vivemos. E a contribuição que ele traz para essa reflexão é que para a superação de um modelo de sociedade e a implementação de um novo, implica uma transformação radical do trabalho, ou seja para superar o modo de produção capitalista. É preciso superar o trabalho assalariado, vindo este a se transformar em trabalho associado, para assim chegar ao modelo comunista de sociedade. Para Tonet (2010), o trabalho associado é produção de valores de uso, o que é

diferente de valores de troca ou mercadorias produzidas no sistema capitalista, porque estas visam a unidade da sociedade, não a exploração de uma classe sobre a outra. Essa forma de trabalho está baseado nos princípios da liberdade, consciência, coletividade e universalidade. Nas palavras de Tonet (2010, p.16) “Somente através desta nova forma de trabalho é possível restituir aos verdadeiros possuidores as forças sociais que lhes foram expropriadas”.

O conhecimento que os profissionais possuem sobre desigualdade e pobreza se apresenta de forma coerente com as prerrogativas da direção social que a profissão de Serviço Social imprime no Brasil. Na sequência mostramos quais são as atividades que os profissionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) desenvolvem nos CRAS e que são atividades propostas via Plano Brasil Sem Miséria.

O Plano Brasil Sem Miséria e as suas atividades no SUAS em Guarapuava – PR

Entender o que é e como se desenvolve o Plano Brasil Sem Miséria é o que se espera dos profissionais que atuam nas atividades desenvolvidas por eles através do SUAS. E sobre essa questão os profissionais sujeitos da pesquisa apontam seus conhecimentos sobre o mesmo. “Eu entendo o plano BSM como a junção de várias políticas públicas que atuam em diferentes áreas para o atendimento à população como um todo” (Profissional B). Essa resposta mostra um entendimento amplo sobre o seu conhecimento sobre o Plano Brasil Sem Miséria. Além dela, o Plano Brasil sem Miséria é entendido pela maioria dos sujeitos da pesquisa como a junção de várias políticas públicas que atuam em diferentes áreas para o atendimento à população como um todo e principalmente as famílias que vivem em situação de maior vulnerabilidade social. Apenas o profissional D, não tem clareza sobre o PBSM, uma vez que a sua resposta foi “O PBSM é um plano bom apesar da gente não trabalhar direto com ele aqui no CRAS, é um plano que tem tudo para dar certo, se for aplicado corretamente.”

Uma vez que o CRAS é o ponto de referência e atendimento aos usuários do PBSM, percebe-se uma visão equivocada pela participante da pesquisa. Percebe-se que o que não está claro para o profissional é que o equipamento CRAS é o local onde são ofertados os serviços de proteção básica que o SUAS desenvolve para atender ao eixo acesso a serviços do PBSM.

O CRAS é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos

sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação de acesso aos direitos de cidadania (BRASIL, 2009, p.9).

A profissional D aponta ações do plano desenvolvidas no CRAS, mas não as entende como sendo ações pertencentes ao PBSM.

[...] não trabalhamos, não é cobrado da secretaria diretamente o PBSM, mas a gente não deixa de trabalhar, a questão de melhorar a renda da pessoa de procurar melhorar a vida das pessoas; [...] as ações que fazemos indiretamente não deixam de ser ações do plano, estar acompanhando com o bolsa família com as condicionalidades, trabalhando em rede junto com educação, assistência e saúde, mas o plano [...] não é cobrado como plano a gente faz como ações mesmo do CRAS da secretaria de assistência (Profissional D).

Percebemos que as ações do PBSM somente serão desenvolvidos no CRAS desse referido sujeito caso sejam cobradas pela secretaria. Isso mostra que o sujeito não conhece do que se trata o plano. Já para os outros profissionais da pesquisa, o PBSM é um plano do governo federal pensado já no governo do Presidente Lula, mas construído e executado no governo da presidente Dilma. Ele foi pensado para diminuir e compensar a situação de famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza e desigualdade que é bastante expressiva no país. O depoimento do profissional C, vem de encontro com essa afirmação: “[...] o PBSM foi um entendimento de que não é apenas a questão de renda que precisa ser trabalhada, pensando num país que tem uma quantidade bastante expressiva da pobreza e da desigualdade e de vulnerabilidade”. Porém, é um programa que vai além da questão de distribuição de renda, e se organiza em três eixos de atuação: garantia de renda; acesso a serviços públicos e inclusão produtiva.

O Plano busca segundo Colin, Gonelli e Moreno (2014), organizar as suas ações partindo da percepção que políticas públicas devem ser ofertadas de forma integral. O que para o profissional C vem sendo desenvolvidos no Município de Guarapuava ações que vem de encontro a esses eixos do programa como:

[...] a profissionalização, a questão da alimentação, da segurança alimentar; [...] engloba o programa Bolsa Família que é o programa de geração de distribuição renda de uma forma mais imediata [...]; a profissionalização através do PRONATEC [...]; a questão da segurança alimentar de trabalhar com os pequenos agricultores a agricultura familiar também envolvendo de uma forma assim mais ampliada o combate a fome o combate à miséria não apenas pelo viés da distribuição de renda (Profissional C).

O PBSM até o ano passado possuía em Guarapuava cursos ofertados pelo PRONATEC⁹, (porém para esse ano de 2016, com os diversos cortes no orçamento ele encontra-se inativo). Mas, para os profissionais da pesquisa ele contribuía expressivamente na qualificação dos usuários atendidos pelo CRAS. Nesse caso, inativar o tais ações significa para os profissionais, perda de direitos.

Outro ponto sinalizado pelo profissional C é a questão da agricultura familiar que pode ser trabalhado com as famílias que residem no campo e participam dos programas no município. São programas estes voltados para a segurança alimentar e nutricional que:

[...] consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente de alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006, art. 3º p. 12).

O Plano Brasil Sem Miséria é, portanto, a união de diversas políticas públicas que atuam em diferentes áreas para o atendimento da população como um todo. Guarapuava trabalha hoje para atender ao Plano Brasil sem Miséria com quatro unidades de Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), e dois atendimentos volante. Quem coordena é a Secretaria Municipal de Assistência Social, que vem buscando garantir a esses equipamentos equipes mínimas de profissionais que atuam com o Plano BSM.

Dentro os serviços ofertados pelo PBSM em Guarapuava-PR citados pelos profissionais da pesquisa, o principal é “[...] a busca ativa dessas famílias que estão em extrema pobreza e que ainda não estão incluídos no cadastro único para [...] que elas possam acessar os programas sociais do governo federal [...]” (profissional A). Bem como, “[...] o acompanhamento das famílias do PBF, o que nós trabalhamos aqui no CRAS, e pelo SUS, o PAIF, que é o Serviço de Proteção Integral as Famílias. O SCFV e esses dois serviços estão vinculados ao programa bolsa família [...]” (Profissional C). E também a busca pela melhoria do espaço físico para o atendimento das famílias atendidas pelos CRAS, como descreve a profissional B “[...] porque a gente tem que dar o melhor atendimento para o usuário, a gente tem que ter uma acolhida boa, tem que ter um lugar, um ambiente saudável gostoso pra que ele participe, pra que a gente possa trabalhar essas temáticas que a gente precisa com ele”. Existe portanto, para os profissionais um entendimento significativo sobre o PBSM, e as atividades desenvolvidas por eles no município. Mas devido a complexidade do mesmo é

preciso um constante aprimoramento dos profissionais para desenvolver com eficiência suas atividades.

Os serviços/benefícios do SUAS e do BSM e o combate à pobreza no município de Guarapuava – PR

Suprir necessidades básicas, segundo Pereira (2006), diz respeito àquelas necessidades que se não forem satisfeitas implicarão em prejuízos para a vida material e a autonomia do ser humano. E que, além de causar a pobreza torna os sujeitos incapazes de pensar e agir criticamente na sociedade onde vivem. Partindo dessas considerações, os profissionais apontam que os benefícios e serviços do PBSM que são acessados pelos usuários em Guarapuava são de extrema relevância nas condições socioeconômicas dessas famílias, mas suprir todas as necessidades delas ainda é um horizonte a ser alcançado.

Analisando os serviços ofertados pelo CRAS em Guarapuava a profissional C, diz que o Programa Bolsa Família:

[...] de alguma forma ele está dando conta do objetivo que é o combate à fome e a miséria, assim num nível mais elevado, mas não supre todas as necessidades e não chega nem perto disso porque, só o programa em si acaba não atingindo aquilo que no PBSM estava se propondo, que é fazer um trabalho[...] articulado, [...] mais consistente de emancipação e desenvolvimento desses sujeitos, de possibilitar a alfabetização, de possibilitar uma habitação adequada [...] (Profissional C).

Ela ressalta que a longo prazo teremos resultados mais significativos do PBF, no que diz respeito à educação, pois “[...] teremos alguns resultados melhores porque os filhos dessas pessoas, [...] precisam estar incluídos na escola pra poder continuar recebendo o programa. Então quem sabe no futuro tenhamos esse rompimento de um ciclo intergeracional de pobreza, de analfabetismo, e de desigualdade social”. Esse depoimento é revelador do desafio do PBSM, citado na cartilha do BSM (BRASIL, s/d, s/p.), que é a multidimensionalidade da pobreza. Em outras palavras, sua proposta é de romper com o círculo vicioso da pobreza buscando promover a inclusão social e produtiva da população.

O sujeito participante profissional A, também destaca o PBF como o principal programa trabalhado no município, e para ela, “É fundamental [...] que essas famílias consigam ter uma condição melhor, isso por um tempo, [...] porque é uma renda baixa, [...]”. Nesse modo de produção difícil de ser superado, o programa poderia dar conta de promover

melhor inclusão desses sujeitos no mercado de trabalho, mas para que isso ocorra, todos os eixos do programa devem funcionar de forma articulada e interdependente. A profissional A diz que: “[...] a qualificação junto com um encaminhamento para o trabalho [...] conseguem fazer com que as pessoas [...] consigam ter uma emancipação e consigam caminhar sozinhas.” Mesmo sendo uma renda pequena é fundamental que os usuários acessem esse direito.

Nas palavras da profissional B, o combate à pobreza e a desigualdade através dos programas sociais ofertados no município, ocorre, “[...] a passos lentos, bem lentos [...]”, pois tal como entendem os profissionais A e C, ela destaca que “[...] não adianta só trazer o benefício [é preciso] [...] que ela tenha autonomia [...] como qualquer outra pessoa, ela tem que ser livre de sua escolha [...]”. Ou seja, os profissionais entendem o papel do CRAS no município, e procuram desenvolver ações para o fortalecimento social dos usuários, na busca pela emancipação política. Ações estas que vem de encontro com a proposta do CRAS que é “[...] responsável pela organização e oferta de serviços de proteção básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social [...]” (BRASIL, 2009, p.9). Os profissionais salientam que o trabalho desenvolvido pelo SUAS por meio do CRAS ocorre de maneira articulada entre a Rede Socioassistencial, de modo a assegurar a proteção social aos usuários e de construir a participação da intersectorialidade na prestação de outros serviços públicos e privados.

Entende-se como Rede Socioassistencial a garantia de acesso aos direitos sociais e de oportunidades para inclusão produtiva, abrangendo as políticas: de garantia de renda (Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e benefícios da Previdência Social etc.); de acesso a serviços (assistência social, saúde, educação, energia elétrica, água, entre outros); e de trabalho e renda (BRASIL, s/d, s/p.).

Nesse aspecto o profissional A vai dizer: “[...] a intersectorialidade é fundamental, porém, se cada política funcionasse da forma que deve funcionar com certeza teríamos resultados melhores”. Nesse sentido, a profissional aponta que existem dificuldades para a articulação em rede de serviços socioassistenciais no município.

Outro elemento que aparece no depoimento da profissional A é: “[...] tem gente que delega para a assistência social uma responsabilidade para emancipar as pessoas [...]”. De que tipo de emancipação ela está tratando? Não fica claro no seu depoimento. Entretanto, iremos discutir o conceito de emancipação política na sequência. Vasconcelos (2015), atenta para o fato de que para Marx (2010), emancipação política é diferente de emancipação humana, ou seja, a emancipação política é o alcance de tudo o que torna uma pessoa livre e independente,

com acesso pleno aos direitos civis políticos e sociais, mesmo que limitado e parcial, porque no âmbito da sociabilidade capitalista. Ao passo que emancipação humana é o alcance da plena liberdade, equidade e justiça social, cujas necessidades humanas de todos são plenamente satisfeitas, onde os sujeitos assumem o controle consciente de sua existência e também da produção por meio do trabalho associado exercendo a liberdade, a consciência, a coletividade e a universalidade, chegando assim a uma sociedade sem classe (TONET, 2010). Trata-se da proposta comunista de sociedade. Portanto, possibilidades de emancipação por meio da assistência social só pode ser a emancipação política, com ressalvas a todas as suas fragmentações e fragilidades.

Para o profissional B, as ações do PBSM, “[...] garante uma melhoria para a família e daí a sua importância também das instituições socioassistenciais porque elas também encaminham, também fazem muita coisa a partir delas.” O trabalho da Rede Socioassistencial tem enorme importância e participação nos trabalhos realizados pelo município no enfrentamento as questões da fome e da desigualdade social. Porém, não são só as ações voltadas ao programa Bolsa Família e aos Benefícios Eventuais que irão dar conta dessas mazelas da população.

[...] só o programa em si, ele acaba não atingindo aquilo que no PBSM estava se propondo que é fazer um trabalho mais articulado, um trabalho mais consistente de emancipação, [...] desenvolvimento desses sujeitos de possibilitar a alfabetização, [...] uma habitação adequada. A gente vive uma realidade que a política de habitação é muito frágil, precária, que não tem uma política do trabalho, não tem uma política pública específica [...] a gente tem um índice enorme de desempregados e de não qualificação desses sujeitos que são alvos da política de Assistência Social [...] (Profissional C).

Esses fatores dificultam a satisfação total das necessidades básicas e conseqüentemente a não diminuição da pobreza. Nesse ponto as profissionais A, B e C estão de acordo, por entenderem que as políticas sociais existentes precisam funcionar de maneira conjunta. Para o PBSM responder às expressões da questão social, ele precisa funcionar nos três eixos de atuação que foram previstos: o Eixo de acesso à serviços, o Eixo Inclusão Produtiva e o Eixo Acesso à serviços públicos, ou seja “[...] se tem uma falha na rede acaba não atingindo resultado desejado” (Profissional, A).

Na percepção da profissional C, por não ter um entendimento claro do PBSM, ela observa pelo viés do sistema capitalista que faz com que os programas sociais sejam funcionais ao mesmo. Fazendo com que as ações desenvolvidas pelo CRAS e com o PBF

sejam funcionais ao sistema. Quando foi perguntado se os programas sociais combatem de fato a pobreza, assim descreve: “[...] sim combatem, [...] por exemplo os benefícios ou Bolsa Família, combate, [...] como que eu posso dizer [...] é tudo círculo, vai girar a economia vai gerar capacitação [...] não que vai reduzir, vai acabar com a pobreza, mas de uma certa forma combate[...]” (Profissional C). Mesmo assim, a profissional apresenta consciência de que eles não tem condições de promover o combate à pobreza de fato.

E de encontro com essas colocações dos profissionais, os CRAS desenvolvem ações de fortalecimento dos usuários, nos quais se “[...] desenvolvem as temáticas a partir do grupo; [...] parte dos usuários sobre o que querem conversar, o que eles precisam de orientação [...]” porque, “[...] quando parte deles torna-se mais interessante e produtivo”. Uma vez que “[...] a ideia é que parta deles para desenvolver a autonomia[...]” (Profissional, B). Os profissionais apontam que as ações desenvolvidas através do PBSM são importantes no combate à fome e a pobreza no município, mas que muito precisa ser feito, para que os usuários possam ter seus direitos garantidos e chegarem ao menos à emancipação política.

A capacitação dos trabalhadores do SUAS que atuam com ações do PBSM

O competente desempenho do exercício profissional dos trabalhadores do SUAS depende também do processo de capacitação permanente que o município tem a obrigação de oferecer. Inclusive, em se tratando do PBSM, é fundamental que a capacitação ocorra, uma vez que o plano é novo e acarretará inclusão de ações no âmbito do SUAS. O Art. 19 da LOAS diz que compete ao órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, formular política para a qualificação sistemática e continuada de recursos humanos no campo da assistência social. Para que a lei fosse cumprida:

Em 2006, aprova-se a NOB/RH/SUAS que pauta a Gestão do Trabalho e a Educação Permanente como um dos grandes objetivos do SUAS. Esse novo modelo de gestão requer práticas profissionais comprometidas que assegurem direitos e deveres prescritos na Carta Magna de 1988. O CAPACITASUAS vem ao encontro da necessidade de se consolidar a identidade dos trabalhadores do SUAS para que os mesmos ofereçam serviços e benefícios socioassistenciais com maior qualidade (GERMANO, 2013, s/p.).

Nesse sentido, a profissional C aponta que “Dentro do SUAS existe na lei a prerrogativa da educação permanente e desde 2014 começaram a ter aqueles curso o

CAPACITA SUAS [...]”. Não só ela, mas os profissionais A e B também destacam o CAPACITA SUAS como sendo o mais importante programa de capacitação desenvolvido pelo Governo Federal no município de Guarapuava. Porém, elas destacam as dificuldades enfrentadas pelos profissionais e sinalizam que essa capacitação deveria ser permanente, como pode ser observado em suas falas: “[...] na verdade não tem vaga disponível para todos. [...] não é continuado não vai atingir a todos. [...]” (Profissional A).

Já as colocações da profissional B, sobre o CAPACITA SUAS são: “[...] no nosso município está sendo por etapas; foram os conselheiros agora vão os trabalhadores; também ele está acontecendo ‘a passos de tartaruga’, mas está acontecendo; o importante é que esse processo [...]se torne rotineiro porque a capacitação ela tem que ser continuada em qualquer setor da sociedade.” O objetivo do CAPACITA SUAS é promover a capacitação dos trabalhadores, gestores e conselheiros da Assistência social, visando uma melhor gestão do trabalho e a educação permanente exigindo dos trabalhadores um compromisso ético com o exercício profissional.

Os profissionais sinalizam a falta de mais oportunidades de capacitação. A profissional A aponta que recebeu do município no momento em que passou a fazer parte da equipe do CRAS, uma capacitação de “[...] três semanas” o que para ela, “foi muito bom, mas assim, depois desse momento a gente não teve mais qualificação pelo município [...]”.

A sinalização da profissional C diz respeito a falta de qualificação por parte do município e a falta de reconhecimento dos outros profissionais de que a qualificação não é para todos, o que ela deixou claro na sua fala:

[...] quando entrei no CRAS nunca tinha ouvido falar de CRAS na minha faculdade não imaginava como que era o serviço; ouvia falar do PBF, mas para você ter uma noção, não sabia nem o que o PBF era organizado e a gestão era feita nos CRAS, não tinha esse conhecimento. Então fui buscando por conta própria e acho que essa capacitação é muito importante não só para os Assistentes Sociais, mas acho até que eles tem que ter um pouco de paciência com os demais profissionais, psicólogos, pedagogos, advogados; a gente não vê isso na graduação, por isso essa qualificação é bem importante [...] (Profissional C).

Para todos os profissionais existe um déficit por parte do município no que diz respeito à qualificação e capacitação profissional. Visto que ocorrem transformações na conjuntura das políticas públicas, é preciso que ocorra oportunidades de capacitação dos sujeitos que trabalham com essas políticas.

Considerações finais

Este estudo proporcionou um conhecimento de que a pobreza não é um fenômeno natural. Ela é fruto do Modo de Produção Capitalista (MPC). Entretanto, enquanto o sistema econômico é capitalista, a desigualdade e a pobreza existem e se reproduzem pelos tempos. É nesse sentido, que políticas públicas voltadas para o enfrentamento dessas expressões são importantes, como acesso à educação, saúde, trabalho e moradia, a fim de satisfazer as necessidades básicas dos trabalhadores. Sem a efetivação dessas políticas as pessoas em situações mais vulneráveis trocam sua cidadania pelo mínimo amparo que as instituições proporcionam. Os trabalhadores cuja força de trabalho nem sempre é absorvida pelo mercado de trabalho, são “[...] sujeitos sociais, vítimas da pobreza, não são parasitas sociais e nem aproveitadores das benesses do governo. Ao contrário, a realidade demonstra que todas as horas disponíveis são empregadas pelos pobres nas suas estratégias de sobrevivência [...]” (PEREIRA, 2006, p. 249). E mesmo existindo em todos os governos formas de enfrentamento a pobreza, é importante reconhecer que as ações governamentais nem sempre são voltadas para atender as necessidades humanas. Existem muitos interesses envolvidos.

Em se tratando das políticas públicas voltadas para a classe trabalhadora, houve um significativo avanço nos últimos governos, porém há muito que se fazer para emancipar ao menos politicamente esses sujeitos. E os trabalhadores que atuam nas políticas de enfrentamento à pobreza tem fundamental importância para chegar obter essa transformação da sociedade, uma vez que trabalham para efetivar os direitos dessas pessoas. E quanto aos assistentes sociais que atuam nas políticas públicas, existe um compromisso ético-político voltado para transformação da sociedade, portanto, devem trabalhar em favor da classe trabalhadora, na busca por uma sociedade emancipada.

Os profissionais que atuam com o PBSM em Guarapuava, em sua maioria tem essa compreensão do conceito de pobreza e das ações do governo para amenizá-la, porém, eles são unânimes em dizer que a qualificação que possuem deve ser aprimorada e que a oferta de capacitação é pequena e insuficiente. Concluímos, dizendo que o conhecimento é a maior ferramenta na busca por uma sociedade mais justa e igualitária, que aos trabalhadores pode proporcionar uma nova visão de seus direitos, e uma nova visão sobre a busca por eles. E para quem já possui é o meio de aprimorar e assim, proporcionar ao outro e a si mesmo um novo horizonte.

Referências

BOURGUIGNOM, Jussara Ayres. **Concepção de Rede Intersetorial**. Disponível em <http://www.uepg.br/nupes/intersetor.htm>. Acesso em 26/05/2016;

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **O processo da pesquisa e suas implicações teórico-metodológicas e sociais**. In.: Emancipação. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Departamento de Serviço Social. Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, v.1 nº 1, 2001;

BRASIL, República Federativa. **Lei nº. 8472, de 07 de dezembro**. Brasília, DF, 1993;

_____. **Lei de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, DF, 2006;

_____. **Portaria Interministerial nº 17 de 24 de abril**. Brasília, DF, 2007;

_____. **Lei Complementar nº 128 de 19 de dezembro**. Brasília, DF, 2008;

_____. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília, DF, 2009;

_____. **Decreto nº 7.083 de 27 de janeiro**. Brasília, DF, 2010;

_____. **Decreto nº 7.942 de 02 de junho**. Brasília, DF, 2011;

_____. **Decreto nº 7.572 de 28 de setembro**. Brasília, DF, 2011;

_____. **Lei nº 12.512 de 14 de outubro**. Brasília, DF, 2011;

_____. **Portaria nº 1459 de 24 de junho**. Brasília, DF, 2011;

_____. **Cartilha: O SUAS no Plano Brasil Sem Miséria**. Brasília, DF, MDS, s/d;

CAMPELLO, Tereza e MELLO, Janine. **O processo de formulação e os desafios do Plano Brasil sem Miséria: por um país rico e com oportunidades para todos.** In.: CAMPELLO, Tereza, FALCÃO, Tiago e COSTA, Patrícia Vieira da. O Brasil Sem Miséria. Brasília: DF, MDS, 2014;

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** São Paulo: Cortez, 1998;

COLIN, Denise Ratmann Arruda; GONELLI, Valéria Maria de Massarani; MORENO Ana Heloísa Viana Silva. **O Plano Brasil Sem Miséria e a Contribuição da Política de Assistência Social na Oferta De Serviços para a Garantia de Necessidades Sociais Básicas.** 2014. In.: CAMPELLO, Tereza, FALCÃO, Tiago e COSTA, Patrícia Vieira da. **O Brasil Sem Miséria.** Brasília: DF, MDS, 2014;

GERMANO, Felipe. **Funcionários da Assistência são capacitados para Gestão do Sistema Único.** Disponível em <http://www.meionorte.com/cidades/pi/sao-miguel-do-tapuio/funcionarios-da-assistencia-social-sao-capacitados-para-gestao-do-sistema-unico-250869>. Acesso em 02/07/2016;

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.) **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio.** São Paulo: Editora Veras, 1999;

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica.** São Paulo: Boitempo, 2010;

_____. **O Capital. Crítica da economia política.** São Paulo: Abril Cultural, 1983;

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 10º ed. Petrópolis, R.J: Vozes, 1998;

NETTO, José Paulo. **Desigualdade, pobreza e Serviço Social.** Revista em Pauta. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. (n.19, p.135-170). Rio de Janeiro: UERJ, 2007;

PEREIRA, Camila Potyara. **A pobreza, suas causas e interpretações: destaque ao caso brasileiro.** Ser Social. Brasília, n. 18, p. 229-252, jan/jun. 2006;

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e Serviço Social: diferentes concepções e compromissos políticos.** São Paulo: Cortez, 2013;

TOLEDO, Cecília. Mulheres: **O gênero nos une a classe nos divide.** Revista Marxismo Vivo. Disponível em <http://orientacaomarxista.blogspot.com.br/2010/06/mulheres-o-genero-nos-une-classe-nos.html>, acesso em 02/07/2016;

TONET, Ivo. Trabalho associado e revolução proletária. Maceió, 2010. Disponível em http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/TRABALHO_ASSOCIADO_REVOLUCAO_PROLETARIA.pdf. Acesso dia 20 de julho de 2016;

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2008;

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A/o assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas.** São Paulo: Cortez, 2015.

NOTAS

¹ O projeto que antecedeu a presente pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO) e aprovado através do Parecer nº 1.426.779 de 26 de fevereiro de 2016.

² Para a realização da entrevista utilizaremos do **Termo de Compromisso Livre e Esclarecido** a fim de preservar a ética e o sigilo das informações fornecidas pelos sujeitos participantes da pesquisa.

³ Segundo a portaria nº 1459, de 24 de junho de 2011, do Ministério da Saúde. **A Rede Cegonha:** consiste numa rede de cuidados que visa assegurar à mulher o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como à criança o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e ao desenvolvimento saudáveis.

⁴ **Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde**, instituído pela [Lei nº 12.512](#), de 14 de outubro de 2011, e regulamentado pelo [Decreto nº 7.572](#), de 28 de setembro de 2011 – possui como objetivos: incentivar a conservação dos ecossistemas (manutenção e uso sustentável); promover a cidadania e melhoria das condições de vida; elevar a renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural, e incentivar a participação dos beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, técnica e profissional.

⁵ **A Economia Solidária** é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Enquanto na economia convencional existe a separação entre os donos do negócio e os empregados, na economia solidária os próprios trabalhadores também são donos. São eles quem tomam as decisões de como tocar o negócio, dividir o trabalho e repartir os resultados.

⁶**Microempreendedor Individual (MEI)** é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza, como pequeno empresário. A [Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008](#), criou condições especiais para que o trabalhador conhecido como informal possa se tornar um MEI legalizado.

⁷**O programa Brasil Sorridente**, política nacional de proteção básica, - criado há 11 anos, tem o objetivo de garantir ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal da população brasileira.

⁸**O Programa Mais Educação**, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral (BRASIL, s/d, s/p).

⁹ O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei 12.512/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país.

